



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
VOTO DG

RELATORIA: DG
TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA
NÚMERO: 61/2025
OBJETO: Revisão da Norma Administrativa nº 003/2018, adequação à Lei nº 14.133/2021 e atendimento ao Parecer nº 183/2025/PF-ANTT.
ORIGEM: SUDEG
PROCESSO (S): 50500.025447/2022-42
PROPOSIÇÃO PF/ANTT: Parecer nº 183/2025/PF-ANTT
ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO – DIRETORIA COLEGIADA

1. **DO OBJETO**
- 1.1. Trata-se da proposta de implementação da nova Instrução Normativa (SEI nº 35653529), destinada a regulamentar, no âmbito da ANTT, os procedimentos relativos às contratações de obras, serviços, compras e locações, bem como à gestão e ao acompanhamento de contratos e instrumentos congêneres, adequando-os às disposições da Lei nº 14.133/2021 e diplomas correlatos.
- 1.2. O texto atualmente em exame (SEI nº 35653529) resulta de sucessivas rodadas de apreciação técnica e jurídica, consolidando as contribuições das unidades competentes e incorporando as recomendações constantes do Parecer nº 183/2025/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 35612497).
- 1.3. As devidas verificações acerca da aderência à Lei Complementar nº 95/1998, ao Decreto nº 12.002/2024 e ao Manual de Redação da Presidência da República foram realizadas em caráter preliminar, conforme relatório emitido pela área técnica (SEI 35693629).
2. **DOS FATOS**
- 2.1. Em 2018, esta Agência editou a Norma Administrativa nº 003/2018 (SEI nº 10493744), aprovada pela Deliberação nº 732/2018 (SEI nº 10493760), no âmbito do Processo nº 50500.371041/2016-91.
- 2.2. O normativo representou, à época, importante consolidação das práticas de contratações, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002 e a Lei nº 12.462/2011.
- 2.3. Com o advento da Lei nº 14.133/2021, tornou-se imprescindível revisar o marco normativo da Agência.
- 2.4. Assim, a primeira minuta de substituição foi apresentada em 29/06/2022 (SEI nº 10493973), acompanhada da Nota Técnica ANTT nº 1869 (SEI nº 10548100), que fundamentou a necessidade de atualização.
- 2.5. Em 10/08/2022, a Procuradoria Federal junto à ANTT (PF-ANTT) emitiu o Parecer nº 185/2022/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 12983551), admitindo a viabilidade da edição, mas com ressalvas.
- 2.6. Por conseguinte, a Nota Técnica ANTT nº 7311 (SEI nº 14255546) propôs aguardar a plena eficácia da Lei nº 14.133/2021, medida acatada pelo Superintendente de Gestão Administrativa (SUDEG) no Despacho SEI nº 14523263, a fim de evitar insegurança jurídica e assimetrias interpretativas.
- 2.7. Superada a transição, em 01/04/2025, foi apresentada nova minuta (SEI nº 31015423), acompanhada da Nota Técnica ANTT nº 3016 (SEI nº 31071951).
- 2.8. Em 29/05/2025, a Procuradoria emitiu a Nota Jurídica nº 218/2025/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 32741306), recomendando simplificação textual, remissões a diplomas superiores e delimitação do alcance da norma ao seu papel operacional.
- 2.9. Para dar cumprimento às orientações, foi elaborada a Nota Técnica ANTT nº 7216 (SEI nº 33822514), em 22/08/2025, que apresentou minuta substitutiva (SEI nº 34127381).
- 2.10. A Procuradoria, no Parecer nº 183/2025/PF-ANTT (SEI nº 35612497), concluiu pela viabilidade da edição da nova Instrução Normativa, condicionando-a a ajustes específicos.
- 2.11. O parecer foi então encaminhado às unidades envolvidas (COLIC, CGEAC, COEFI, CCONE, COAPS e GEORF), por intermédio do Despacho SEI nº 35818759, registrando-se que a ausência de manifestação seria considerada concordância tácita.
- 2.12. Assim, as contribuições recebidas (SEI nº 35985708, 35985885 e 36017924), somadas à anuência tácita das áreas que não se manifestaram, culminaram na minuta final (SEI nº 35653529), encaminhada à deliberação desta Diretoria Colegiada.

3. **DA ANÁLISE PROCESSUAL**
- 3.1. Pois bem. A minuta em apreço representa avanço significativo em relação à NA nº 003/2018, uma vez que, enquanto aquela, organizada em 31 itens e subdivisões, foi elaborada sob a égide da Lei nº 8.666/1993, a minuta de 2025 estrutura-se em artigos, parágrafos e incisos, em conformidade com a LC nº 95/1998 e o Decreto nº 12.002/2024, incorporando integralmente a disciplina da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2. Nessa senda, o objeto e o âmbito de aplicação, antes tratados de forma difusa, passam a constar de capítulo específico, com redação clara e sistematizada.
- 3.3. O quadro a seguir elenca as principais diferenças entre a NA nº 003/2018 e a Minuta 2025, as quais foram esmiuçadas na Nota Técnica - ANTT 9647 (SEI nº 35693629), veja-se:

Tema	NA nº 003/2018 (SEI nº 10493744)	Minuta 2025 (SEI nº 35653529)
Técnica legislativa	Estrutura em itens e subdivisões, sob a égide da Lei nº 8.666/1993.	Estrutura em artigos, §§ e incisos, conforme LC nº 95/1998 e Dea alinhada à Lei nº 14.133/2021.
Objeto e âmbito	Tratados de forma difusa.	Capítulo próprio, com redação clara e sistemati
Plano de Contratações Anual (PCA)	Rotinas fragmentadas.	Seções específicas sobre elaboração, aprovação, revisão, execuç
Governança do PCA	Comitê de Análise Prévia: presidido pelo DG, com Superintendentes e Gerências envolvidas, responsável por juízo de conveniência e prioridades.	Comitê do PCA: presidido pelo SUDEG, com Superintendentes; pode técnicos.
Fase preparatória	Disciplinada sob lógica da Lei nº 8.666/1993.	Padronização do ETP, gerenciamento de riscos, pesquisa de preç análise técnica e fase externa.

Tema	NA nº 003/2018 (SEI nº 10493744)	Minuta 2025 (SEI nº 35653529)
Fluxo licitatório	Compatível com regime revogado, com redundâncias.	Reorganizado e simplificado.
Contratações diretas	Exigência reduzida.	Replicam instrução da fase preparatória; remissão ao art. 74 da observância da IN SEGES nº 67/2021; divulgação preferencial e
Procedimentos auxiliares	Extensivamente detalhados.	Dispositivos concisos, preservando institutos esse
Gestão e fiscalização	Equipe de fiscalização prevista de forma genérica.	Equipe de fiscalização com atribuições definidas, segregação de fu
Pagamentos	Normas dispersas.	Seções e subseções específicas.
Prorrogação, alterações, garantias e equilíbrio	Reproduzia parâmetros da Lei nº 8.666/1993 (percentuais fixos de 25% e 50%, garantias tradicionais, reequilíbrio genérico).	Integralmente alinhada à Lei nº 14.133/2021, admitindo modalidade como o seguro-garantia com cláusula de retomada, nos 1
Alçadas de competência	Valores fixos: até R\$ 150 mil (Superintendente) e acima (DG).	Critério dinâmico: até duas vezes o limite do art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021 para Superintendente; acima, DG.
Sanções administrativas	SUDEG aplicava advertência, multa e suspensão; DG aplicava impedimento; Ministro dos Transportes declarava inidoneidade.	GELIC aplica advertência e multa; SUDEG aplica impedimento; Diretoria de Inidoneidade; DG atua como instância recurs
Reconhecimento de dívida	Não havia previsão.	Capítulo próprio.
Vacatio legis	Não havia previsão.	30 (trinta) dias após publicação.

- 3.4. Nota-se, portanto, que a minuta atual moderniza e sistematiza a regulamentação interna, promovendo maior clareza, aderência normativa e alinhamento institucional.
- 3.5. Cumpre ressaltar, ainda, que a minuta final atende integralmente às recomendações do Parecer nº 183/2025/PF-ANTT (SEI nº 35612497) e às manifestações técnicas internas (SEI nº 35985708, 35985885 e 36017924), encontrando-se em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a LC nº 95/1998, o Decreto nº 12.002/2024 e o Regimento Interno da ANTT.
- 3.6. Entendo, portanto, que a minuta final (SEI nº 35653529) é juridicamente adequada, tecnicamente consistente e alinhada às boas práticas de técnica legislativa.
4. **DA PROPOSIÇÃO FINAL**
- Ante o exposto **VOTO** pela:
- I - Aprovação da nova Instrução Normativa (SEI nº 35653529);
 - II - Revogação expressa da NA nº 003/2018 (SEI nº 10493744);
 - III - Fixação da *vacatio legis* de 30 (trinta) dias; e
 - IV - Autorização para edição de instrumentos complementares necessários à sua execução.

Brasília, 28 de outubro de 2025.

GUILHERME THEO SAMPAIO
(assinado eletronicamente)
DIRETOR-GERAL



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO**, Diretor Geral, em 28/10/2025, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36833811** e o código CRC **99D49F4E**.